

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.358.926 - SP (2018/0229638-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO**  
**REPR. POR** : **MARCIA REGINA CALVANO MACHADO - LIQUIDANTE**  
**ADVOGADOS** : **BRUNO SILVA NAVEGA - SP354991**  
                  **BRUNA BARBOSA PEREIRA - SP386051**  
                  **LINCOLN RUDOI - SP381813**  
**AGRAVADO** : **ITAJAI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**  
**ADVOGADO** : **AMANDA BELUOMINI - SP204887**  
**AGRAVADO** : **MARIA JOSE GOMES DA SILVA**  
**ADVOGADO** : **RENATO JOSÉ MARIALVA E OUTRO(S) - SP079025**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto pela COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO em face de decisão que não admitiu o seu recurso especial.

2. A irresignação não merece prosperar.

A parte agravante não rebate, de forma específica, clara e fundamentada, todos os argumentos da decisão agravada, notadamente o de incidência da Súmula 83 do STJ, uma vez que o entendimento adotado pela Câmara está em perfeita harmonia com a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que os juros de mora incidentes na indenização decorrente de responsabilidade contratual fluem a partir da data da citação.

Essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida.

Era esse o entendimento segundo a inteligência do disposto no inciso I, do § 4º, do art. 544 do Código de Processo Civil de 1.973, incluído pela Lei nº 12.322/2010, que tratava da sistemática dos agravos contra os despachos denegatórios dos recursos dirigidos a esta Corte e consigna ser dever do agravante atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento de sua irresignação. Nesse sentido: AgRg no Ag 1270282/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 17/02/2012 e AgRg no Ag 1327361/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma.

E continua a ser esse o entendimento na vigência do Novo Código de Processo Civil, ao estipular que o relator não deve conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, Novo CPC).

Ressalte-se que o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ também estabelece como ônus do agravante a impugnação a todos os fundamentos da decisão recorrida, sob pena de ver o seu agravo não conhecido.

A título de esclarecimento quanto ao ponto atinente à desistência parcial do Recurso Especial, o ordenamento jurídico admite que a parte inconformada recorra,

parcialmente, de uma decisão e, ainda, que o órgão julgador conheça, em parte, do recurso interposto. Não há, entretanto, nenhuma previsão que autorize a desistência parcial, tácita ou expressa, do Recurso Especial após sua interposição.

Dessarte, a controvérsia a ser dirimida pelo STJ é delimitada pela parte recorrente no ato de interposição do Recurso Especial e não pode ser por ela restringida antes do respectivo julgamento por esta Corte, ressalvada a hipótese de expressa desistência integral do direito de recorrer.

Uma vez interposto o Recurso Especial, o STJ está autorizado a analisar todas as teses presentes nas razões da insurgência contra o acórdão da origem. A preclusão consumativa impede que o recorrente, em Agravo em Recurso Especial, selecione, por desistência parcial, expressa ou tácita, as matérias que serão julgadas por esta instância superior.

3. Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator